

DOSSIÊ ● ● ●
***PENSAMENTO
POLÍTICO E SOCIAL
BRASILEIRO***

OS SENTIDOS QUE ORIENTAM A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO EM CAIO PRADO JUNIOR⁶⁰

Israel Pacheco Júnior⁶¹

Uma das questões que consideramos centrais a partir do pensamento de Caio Prado é a necessidade da superação de nossa condição colonial e dependente. Para tanto, projeta virtualmente os caminhos de uma possível transformação / revolução de uma forma inovadora, sem mesmo nominá-la, pois para ele isto já seria imitação calcada em perspectivas externas a nossa própria realidade. No entanto, uma coisa é evidente, mesmo considerando esse processo aparentemente sem nome, o autor é um sujeito político conformado pela matriz comunista - pensa e age como tal - e tem a certeza de que as desigualdades sociais e a superação da lógica da propriedade privada apenas se extinguirão a partir de formas teóricas claras, radicais e produzidas historicamente em conformidade com a superação dessa contradição. Para um marxista é no socialismo que desemboca a revolução brasileira⁶², e mesmo tendo a clareza destes princípios e defendendo este programa, não aponta em sua teoria sobre a revolução brasileira as nomenclaturas apriorísticas que definem uma ou outra perspectiva.

Caio Prado mostra que após a desagregação do regime colonial até então existente, o todo não tardará a ruir. Aquela estrutura conformada por mais de três séculos de exploração é altamente abalada e, além do próprio regime, o comércio externo e demais privilégios econômicos, as regalias políticas e sociais, os quadros políticos e administrativos do país, ou seja, a estrutura das classes e o regime servil vão pouco a pouco sendo abalados por uma nova conjuntura⁶³. É a partir destas circunstâncias que o autor visualizava a possibilidade da formação de uma comunidade nacional e autônoma. Ao desfazer o domínio metropolitano, o Brasil pouco a pouco vai desenvolvendo seu campo econômico, ao mesmo tempo em que sua ligação com Portugal é quase extinta. O tratado de comércio com a Inglaterra, a grande aliada de Portugal, vai excluindo este das relações comerciais brasileiras. Soma-se a isto a guerra que se prolonga na Europa (período napoleônico), a devastação do reino e seu empobrecimento, as perspectivas da rica colônia que oferecia grandes regalias comerciais além das terras. Dentre outras questões, se

⁶⁰ Compilação do terceiro capítulo apresentado na dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, com o tema CAIO PRADO JÚNIOR: DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO AO SENTIDO DA REVOLUÇÃO.

⁶¹ Professor, Educador Popular e Mestre em sociologia pela UNICAMP – Universidade de Campinas – na linha de Pensamento Social Brasileiro.

⁶² PRADO, Caio. A Revolução Brasileira, 6ªed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 16.

⁶³ PRADO, Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo: Circulo do Livro, (s.d.), p. 133-134.

destacavam: o desenvolvimento das manufaturas, a construção de estradas, melhoria dos portos, a introdução no país de novas espécies vegetais, a imigração de colonos europeus, o aperfeiçoamento da mineração etc.⁶⁴.

Em relação ao processo político emancipatório que resulta na independência da colônia pós 1808, Caio Prado faz uma análise verificando que havia um desacordo entre o sistema econômico legado e as novas necessidades de um país independente, em que os desajustamentos se constituíam apenas como reflexos daquela contradição, e que nos levaria a uma evolução contraditória. Havia uma tarefa a se constituir no sentido de criar uma nação soberana a partir daquela condição, mesmo possuindo um nível material muito baixo. Para tanto, tratou-se de estruturar e manter um aparelhamento político e administrativo significativos, inaugurar serviços públicos e nivelar o país com o modelo externo europeu. Nos termos do autor, há duas questões importantes a serem tratadas a partir desta constatação pelo século XIX adentro: de um lado, veremos a ampliação de nossas forças produtivas, assim como o rápido progresso material e desenvolvimento tecnológico; por outro lado, a contradição fundamental mantida numa nova ordem, o trabalho escravo⁶⁵.

Em relação ao primeiro aspecto – e que diz respeito também à forma como o país procurou estabilizar as suas contas – se revelava um aspecto positivo, pois constituiu estímulos para a produção interna em substituição a exportação. No conjunto, observa Caio Prado, a depreciação cambial foi um fator importante para o desenvolvimento da indústria manufatureira no país, pois o maior desenvolvimento e prosperidade estiveram relacionados quando a moeda mais se desvalorizou. Anos mais tarde, as guerras mundiais forçaram o país a buscar substitutos à importação⁶⁶.

No que diz respeito ao segundo aspecto, o trabalho escravo, esta condição apesar das inúmeras críticas que recebia, inclusive de caráter moral, efetivamente na prática cotidiana não era combatida, pois pela lógica da produção era ainda o que constituía a alavanca principal para a economia no país⁶⁷. A supressão do tráfico de trabalhadores africanos escravizados, assim como a

⁶⁴ Idem, p. 139-140.

⁶⁵ Idem, p. 149-150.

⁶⁶ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 126-128.

⁶⁷ Nota Caio Prado (s.d., p. 152) que a posição escravista se reforçou posteriormente ao processo de independência, com a ascensão ao poder e a direção política do Estado daquela classe mais diretamente interessada na conservação do regime, qual seja, os proprietários rurais, que se tornaram sob o Império a força política e socialmente dominante.

sua abolição foram um tanto quanto processuais na história do Brasil. Mesmo com a independência política reconhecida pela Inglaterra e o alto preço cobrado para a supressão daquele mecanismo, ainda assistiríamos a uma longa jornada para a sua total ruptura. O país se comprometeu até 1826 a proibir esse tipo de comércio, e posteriormente ao período, a prática seria condenada como pirataria. No entanto, apenas em 1831 o Brasil promulgou uma lei em que aquele processo foi realmente proibido, mas ao mesmo tempo, foi nesse período que a classe dos proprietários rurais tornou-se bastante poderosa no país, após a abdicação do trono pelo Imperador. Após a renúncia, o processo é logo reinvertido. Em 1845, o parlamento inglês aprovava o *Bill Aberdeen*, que declarava o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico, quinze anos após o comprometimento do país em extinguir por completo aquele artifício. Controversamente foi apenas na década de 1850, a partir de pressões inglesas mais objetivas, que houve teoricamente iniciativas contundentes para a supressão efetiva do tráfico, com a aprovação da Lei *Euzébio de Queiroz*, que vetou efetivamente o comércio de homens interatlântico. Lembramos também que, em 1871, o governo consagrava a chamada *Lei do Ventre Livre*, que apesar das suas limitações declarava livres os filhos de escravizados nascidos daquela data em diante, e doze anos depois, a criação da *Confederação Abolicionista*, a qual congregava campanhas das várias sociedades que lutavam pelo fim da escravidão. Nessa Confederação os próprios escravizados atuavam como parte do movimento organizando fugas, resistências e etc., para em 1888 conquistar a completa abolição, pelo menos do ponto de vista formal, com a Lei Áurea.

Ressaltamos de forma simples e sumária estas circunstâncias em nossa análise porque Caio Prado aponta que com a abolição efetiva do tráfico se encerrava a fase de transição que se estendia desde a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. Aquele seria o último toque do conjunto em relação às reformas que o país passava e que mudaria profundamente a sua estrutura, deixando de ser a colônia submetida ao exclusivismo mercantil de Portugal e se transformando em "*Estado Soberano, aberto à livre concorrência internacional*"⁶⁸.

Como observou Caio Prado, o problema da escravidão será efetivamente combatido de uma forma mais veemente apenas a partir de 1850, o que trará como consequência outra problemática para o país: a deficiência em relação à mão de obra. Tal escassez forjará uma solução

No entanto, se desenvolve também uma posição teoricamente antiescravista no país, por um lado pela contradição da estrutura servil com um novo Estado político; por outro, por ter-se abolido o tráfico, a escravidão seguiria o mesmo passo.

⁶⁸ PRADO, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.), p.163.

rápida ao problema: a imigração europeia. Esta se completou em nossa história marcada pela diferenciação a qual, até então, nosso país (colônia) conheceu como fruto do processo de colonização, pois fora outrora marcada pela relação de exploração. Agora o processo de recrutamento e fixação de outros povos foi chamado de “*imigração subvencionada*”⁶⁹. A imigração nesses novos termos foi estimulada por uma política oficial para fixação de novos trabalhadores no Brasil e para promoção de seu povoamento oficial.

Portanto, a imigração europeia junto com os processos já verificados a partir da vinda da Família Real para o país e o processo de Independência, somada à extinção do tráfico de trabalhadores africanos escravizados e a abolição efetiva da escravidão representam, na visão de Caio Prado, os elementos centrais sobre as circunstâncias e possibilidades para uma possível ruptura, ao menos do ponto de vista econômico e social em nossa sociedade, da passagem de um estágio a outro em nossa formação social, qual seja: da colônia para a possibilidade de formação de uma nação. Cada um desses momentos foi verificado pelo autor, completando um sentido em nossa história e trazendo em sua composição as possibilidades de um novo *vir a ser* em nossa conjuntura, antes da República Nova. Os desdobramentos ocorridos a partir daí sinalizaram reais formas de organização social pautada sob os novos elementos esboçados pelo período histórico.

Estas foram as grandes etapas decisivas da revolução brasileira que marcaram a nossa evolução, a linha mestra de desenvolvimento rumo à nação de amanhã. A Independência marca a estruturação do Estado brasileiro em relação aos aspectos da centralização política, administrativa e social - com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro se dinamiza o país num todo único - e a partir daí orientará o conjunto da sociedade fundamentalmente no que tange ao aspecto econômico e financeiro. A incorporação da massa trabalhadora, como consequência da supressão do tráfico e da abolição, serviu de estímulo à imigração europeia de trabalhadores e o afluxo de contingentes demográficos consideráveis; este artifício teve como implicação a integração da massa trabalhadora no conjunto do país, a ativação da economia e do desenvolvimento do mercado interno, a mudança nos padrões de cultura da sociedade brasileira, além do salto qualitativo e quantitativo proporcionado por esta mão de obra no país. Caio Prado destaca, a par deste processo, que se superava definitivamente a natureza e a estrutura colonial do país, o que dava margem e possibilidades para a completa integração nacional.

⁶⁹ Idem, p. 205.

Com o conjunto das transformações verificadas, o país entrava numa nova fase, a da era econômica que fora desconhecida até então, moderna e financeirizada, que proporcionava concentração de capitais e a expansão das forças produtivas em uma tentativa de fazer a sincronização das atividades internas com as do capitalismo em âmbito mundial. Esta acumulação seria o resultado direto das lavouras de café e da substituição de trabalho escravizado por trabalho livre. Além disso, a partir do incremento de sua vida financeira nota-se: *“multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de Bolsa, permitem captar e mobilizar, em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista”* (PRADO, s.d. p. 212).

OPERANDO AS CATEGORIAS PARA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A comunidade nacional virtualmente projetada pelo autor seria uma plataforma a ser constituída em meio a custos altos em nossa conjuntura, pois todas as deficiências apontadas em nossa formação ainda estavam latentes. A ausência de progresso técnico, a carência de capitais, a deficitária estrutura do país, a acumulação capitalista - que se esboça à custa do empobrecimento do povo - e uma indústria que se forma a par das vicissitudes do comércio externo, conformaram o pano de fundo das possibilidades de nossa condição.

Procurando trazer à tona o discurso político de Caio Prado em meio à ciência operada pelo autor, já que esta é a base de sua interpretação e proposição, destacava o seguinte aspecto acerca de nossa condição econômica e social: para nos ocuparmos dos problemas brasileiros é necessário consciência do processo no qual o país esteve inserido e a capacidade de despontar este artifício como ação; além disso, assinalava que o conhecimento adquirido a partir deste procedimento pode nos proporcionar as diretrizes da futura evolução econômica, ou seja, a contribuição para a construção de uma concepção teórica a partir dos instrumentais existentes, e que seja também expressão teórica de nossa particular conjuntura⁷⁰. Em função deste procedimento, apontava o autor: só a dialética materialista pode oferecer as bases para as considerações que se almejam sobre a realidade brasileira, pois, por meio desta análise, é possível buscar a objetividade nos próprios aspectos considerados da história, assim como da realidade econômica e política do país⁷¹. A teoria da revolução brasileira, para ser algo prático em relação aos fatos será a interpretação

⁷⁰ Reforça essa condição em 1957, em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, obra em que aponta a necessidade de articular a análise econômica, a teoria e a prática, o pensamento e a ação como a condição essencial da construção das teorias econômicas particularmente em países como o Brasil (PRADO, 1966, p. 9).

⁷¹ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 52-57.

da conjuntura presente e da história que resulta: é nisso que consiste o método dialético, interpretação e não um programa *a priori* dos fatos que a constitui⁷².

A partir desta constatação, Caio Prado procura verificar nos ciclos de nossa história econômica sua composição de forma processual, para posteriormente considerar algumas conclusões: as características do *sentido da colonização* em nossa forma de ser e as possibilidades de ruptura em relação a dinâmica pretérita. Nesse sentido, e em primeiro lugar constata em sua análise sobre período colonial que nossa conjuntura econômica foi organizada e evoluiu em função do comércio externo, e tudo o mais que nela se encontra é secundário e só existiu para manter o funcionamento do sistema em função do primeiro - setor externo e mercado interno. Aponta o caráter de cada ciclo, em que uma fase de ascensão sugere outra necessariamente de esgotamento, e assim se constituiu em função daqueles produtos com maior rentabilidade no mercado internacional. Diz o autor (1954) que nosso marginalismo é produto da decomposição de um ciclo que já foi florescente, e isso acabou sendo uma regra em todos os períodos da história do país. De certa forma, Caio Prado está considerando o processo de instabilidade que marcou profundamente o desenvolvimento econômico do Brasil, pois toda nossa história está submetida e marcada por esta característica.

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Uma das questões centrais no debate apontado pelo autor e que seguirá a sua linha de interpretação a partir das constatações reveladas, está ligada ao caráter da revolução brasileira. Em uma contenda com as correntes de esquerda identifica em sua análise a particularidade de nosso modo de produção, totalmente dissociado e distinto da compreensão dominante até então, fundamentalmente, contrária à de seu partido, o PCB. Citamos a disputa ideológica porque Caio Prado já apontava no livro de 1954 o diagnóstico esboçado anteriormente sobre a formação econômica e social do país, embora só concluído de forma mais elaborada em 1966⁷³. Nesse sentido, contesta a interpretação que se tinha sobre o Brasil, dominante neste campo, segundo a qual o país se encontrava numa fase pré-capitalista, o que dava margens ao entendimento de que estávamos em um processo evolutivo rumo ao capitalismo. De certa forma, quando as análises

⁷² PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 19.

⁷³ Notamos que um dos debates centrais colocado pelo autor e que correspondeu à interpretação contrária a seu Partido foi elaborada em 1942, com sua obra máxima da historiografia brasileira *Formação do Brasil Contemporâneo*, lá apresenta a tese sobre a diferença entre a grande propriedade escravista ou a grande exploração agrícola da grande propriedade feudal.

aproximam o Brasil desta perspectiva, desconsideravam o desenvolvimento de uma série de características, como a germinação dos processos que levariam o capitalismo a ser o que é entre nós. Na Europa, foi a negação do sistema feudal de produção, mas no Brasil, apontava Caio Prado, o sistema econômico não derivou necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas internas e do esgotamento de outro sistema econômico dominante. Por aqui foi uma imposição a partir de contingências estranhas e se construiu “em função e oposição ao sistema econômico brasileiro, isto é, sistema de país periférico e de economia complementar”⁷⁴.

Outro aspecto importante observado por Caio Prado (1954) diz respeito à ideia da atuação do imperialismo em nossa economia. Tal leitura, assim como a interpretação equivocada acerca dos resquícios feudais, implica um conjunto de proposições políticas a partir da leitura de realidade que se faz da conjuntura. Nesse sentido, como nota o historiador, com claras referências a Lênin, este se constituiu pela fase na qual o capitalismo industrial passa à predominância absoluta do capital financeiro sobre a economia dos países capitalistas, pois é nesta fase que o capitalismo assume uma feição imperialista e passa a manter uma dominação internacional do conjunto das economias, da política etc, internacionalizando-os. No Brasil o imperialismo encontrou uma situação ideal, a dependência do país em relação ao capital internacional fez dele um campo aberto à sua atuação, pois já era um apêndice daquele mercado, por aqui todas as premissas capitalistas já estavam incorporadas na ordem econômica que se organizou em função de atividades mercantis. O autor faz a distinção em relação à atuação do imperialismo com as colônias ou semicolônias do Oriente asiático, onde constata que o sistema encontrou por lá estruturas sociais e econômicas mais consolidadas pela sua própria história⁷⁵ e, por isso, reagiram muito mais violentamente contra a imposição e penetração da dinâmica imperialista em seus territórios⁷⁶, diferentemente do que se observa nos trópicos americanos. Na América Latina se

⁷⁴ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 76-78.

⁷⁵ Caio Prado (1978, p. 111-112) contesta essa ideia em relação ao Brasil de uma pseudo “burguesia nacional” ou antiimperialista e progressista, que combatia outra categoria burguesa aliada ao imperialismo, esta com características mais reacionária, retrógrada e aliada dos latifundiários. Nota o autor, que esta ideia de duas burguesias está ligada ao modelo chinês, muito aquém de nossa realidade. Por lá, a clientela que adquiria mercadorias estrangeiras, os chamados “compradores” eram vistos como aliados dos estrangeiros europeus por que se contrapunham aos costumes milenares tradicionais dos chineses. A hostilidade aos *compradores* se fazia mais forte em função da concorrência que as mercadorias europeias fizeram à produção interna, em prejuízo do artesanato local. Com o desenvolvimento de padrões ocidentais na China, bem como de uma indústria, dá-se vida a uma nova categoria de capitalistas e homens de negócios, ou seja, a formação de uma burguesia estritamente nacional. Um dos traços essenciais dessa burguesia foi o conflito com o estrangeiro e o sistema econômico que este representava, o imperialismo. Daí o conflito da burguesia nacional antiimperialista com a burguesia compradora, esta aliada e associada ao estrangeiro.

⁷⁶ PRADO, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 85.

deveria observar que a penetração imperialista se deu de maneira imbricada e entrosada na vida econômica, política e social de todos os países da região, que desde sempre participaram das relações que constituíram as relações econômicas capitalistas⁷⁷.

O nosso sistema econômico visto como expressão do sistema colonial é verificado pela desproporção entre as perspectivas e oportunidades que o próprio sistema oferece, bem como do nível de necessidades que a sociedade brasileira necessita para dele viver. O efeito direto, como já notamos, é a limitação das nossas forças produtivas por sua dependência em relação ao mercado externo, já que o interno é inteiramente condicionado por este. Esta mesma limitação, no que diz respeito à desproporção entre as necessidades da sociedade brasileira, assim como as restrições ao desenvolvimento das forças produtivas em função do sistema econômico vigente, sugere sob outro aspecto e como perspectiva algo de novo tipo: *“uma economia propriamente nacional em que se entrossem e articulem diretamente entre si aquelas necessidades do país e as suas forças produtivas; em que produção e consumo se integrem num conjunto e unidade onde evoluam (...) sem serem condicionadas”* (PRADO, 1954, p. 160). O autor salienta nesta análise a necessidade de o país constituir uma base econômica onde o parâmetro não seja o mercado externo, mas uma atividade produtiva que se desenvolva a partir das necessidades próprias do país, onde o consumo condicione a produção e vice-versa. Entendemos que com estas proposições esboçadas em 1954, Caio Prado opera a partir de nossas bases econômicas reais, uma condição analítica e propositiva também distinta em que a partir da ausência de um modelo pré-definido, mas respaldado pela análise concreta da realidade de nossa economia (colonial), apresenta um esboço das formas de superação daquela condição que estariam na ampliação e materialização de um mercado interno que estimulasse o consumo e a produção. Cabe ressaltar a afirmação de Caio Prado no qual aponta a obviedade sobre onde desembocará o processo, diz o autor:

“(...) é claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira (...) o socialismo é a direção na qual marcha o capitalismo (...) isso contudo representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado” (PRADO, 1978, p. 16).

O pano de fundo deste debate, a partir das constatações observadas pelo autor ao fazer a análise da nossa história é o da proposição de uma nova economia⁷⁸. Incitada ao encontro das

⁷⁷ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 68.

precisões teóricas de uma economia a ser elaborada em função das nossas reais necessidades, do nosso mercado interno e que rompesse a totalização absoluta dos termos clássicos e aplicáveis a todos os tempos e demais condições, nota que o ponto principal de seu desenvolvimento econômico está correlacionado ao estímulo do consumo, pois, pela análise de nossa própria condição, verifica que a característica dada ao estímulo comercial foi o fato peculiar de nossa conjuntura econômica em todas as fases da produção.

Em suma, sua análise não visa *“traçar um programa para política de mercado”* (PRADO, 1954, p. 223), mas apontar proposições para uma política que propenda à transformação da economia brasileira em feições distintas do que está posta e que atenda às necessidades reais da sociedade, dentro das próprias relações capitalistas de produção que nos conformou. Essa análise parte do fato da averiguação de que no Brasil não se constituiu, a exemplo de outros países, a eclosão e o progresso de um capitalismo nacional, que desse impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, aponta o legado colonial como um entrave no que diz respeito à estrutura agrária de produção, pois seu reflexo é visto na concentração de propriedade fundiária e monopólio das terras que constrange a produção agropecuária e o próprio desenvolvimento do sistema. Visualiza que parte da solução estaria no desenvolvimento de um mercado interno e aproveitável, de maneira a orientar as ações produtivas em conjunto para que se alertem os mercados e prevaleçam os estímulos que podem e desejam proporcionar.

O Brasil passo a passo emerge daquela estrutura colonial em direção à formação de uma economia qualitativa e quantitativa diferentes. Os braços que construíram este país se tornam cidadãos e participantes efetivos da vida nacional em substituição ao mero negócio que o constituiu desde o início dos tempos; o conjunto da sociedade se transforma e a economia se diversifica; em relação à constituição de um mercado interno, superaria as expectativas do externo, orientando as atividades produtivas. A indústria corresponde em última instância à eclosão desta perspectiva⁷⁹.

⁷⁸ Afirmava esta condição também em 1957: *“o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superarem o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõe-se uma política econômica inspirada em concepções originais ditadas pela especificidade das condições em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica.”* (PRADO, 1961, p. 213-214).

⁷⁹ PRADO, Caio. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 82.

Caio Prado considera que é apenas nos fatos e situações presentes, no nosso caso o mercado interno, nas tramas históricas coloniais e as contradições em relação ao trabalho e o nível material dos trabalhadores e a partir deles, que se acham atuantes e presentes os conflitos que nos sinalizariam as possibilidades de superação. Ou seja, é na sobrepujação do Brasil Colônia e na integração nacional do país - no sentido de este servir à sua população e a si mesmo como nação independente e soberana - que se mostra possível esboçar uma perspectiva que supere estas limitações. Quanto à natureza desta revolução, para o autor, trata-se não apenas de apurar a sua designação, mas de se permitir dar um rumo às transformações socioeconômicas de alcance, que levem o país à superação de seu estágio ainda marcado pelas circunstâncias de sua formação colonial. No caso, trata-se de um programa de reformas que supere as contingências de nossa formação colonial, reorientando a economia do país para organizar a população, as atividades e a distribuição e repartição dos recursos provenientes destas atividades. De certa forma, a planificação geral das prestações econômicas deve ser centralizada pelo Estado, combinando iniciativas e empreendimentos públicos e privados de forma orientada e racional, organizando as atividades produtivas de forma que a produção para o mercado interno, em relação ao consumo final, seja prioritariamente de bens e serviços básicos para a população, distribuindo equitativamente os recursos financeiros. Tal parceria e controle estatal deve gerir a integração do trabalhador rural nas mesmas condições de todos os trabalhadores⁸⁰.

BIBLIOGRAFIA:

Obras de Caio Prado Jr.:

PRADO, Caio. *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 21ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *A Revolução Brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s.d.).

_____. *A Cidade de São Paulo: geografia e história*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é história, 1989.

_____. *História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. 2ª reimpressão da 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

⁸⁰ Idem, p. 166-167.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: A Platea, 25 de julho de 1935. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/expo/caioprado/index.htm>>

_____. É Preciso Deixar o Povo Falar. In MOTTA, L. D. *A história vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

Obras sobre Caio Prado Jr. e outros:

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma Via não Clássica para o Capitalismo. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FERREIRA, Heitor Lima. Caio Prado e seu Tempo. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GASPAROTO, Jayme W. Militância. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IANNI, Octávio. A Dialética da História. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm>. Acesso em 20/02/2013>.

KONDER, Leandro. *Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador*. In *Revista USP*, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 58-63.

_____. *A Derrota da Dialética: a Recepção das Ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MARTIN, Maximiliano Vicente. O Sentido do Colonialismo. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MELO, Jayro Gonçalves. A Questão da Ruptura na Historiografia Brasileira. In D'INCAO, Maria Angela, *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

NOVAIS, Fernando A. Considerações Sobre o Sentido da Colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB*, nº 6, 1969.

_____. "Caio Prado Jr., historiador", *Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

_____. Condições da Privacidade na Colônia. In *História da vida privada no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In *Corpo e Alma do Brasil - Brasil em Perspectiva*. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1987.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec, 2005.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. *Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil*. In Revista USP, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 78-87.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e a "A Revolução Brasileira". In Revista Brasileira de História, vol. 19, nº 37. São Paulo, setembro de 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad -FAPERJ, 2001.

SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2008.

VICTORIANO, R. Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: Uma Interpretação Original do Brasil*, 1ª ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.